

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.813.830 - PR (2019/0138101-0)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ

RECORRENTE : CELSO STRAUB DOS REIS

ADVOGADO : MAURÍCIO TEIXEIRA MANSANO JÚNIOR -
PR051693

RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

CELSO STRAUB DOS REIS interpõe recurso especial, com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão prolatado pelo **Tribunal de Justiça do Estado do Paraná** no Recurso em Sentido Estrito n. 1712767-6.

O ora recorrente foi **pronunciado** nas sanções dos arts. 121, *caput*, e 211, ambos do Código Penal, para ser submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri.

Interposto recurso defensivo, a Corte de origem negou provimento ao apelo, mantendo a pronúncia do acusado (fls. 327-340).

Nas **razões do especial** (fls. 382-415), o recorrente aponta violação dos **arts. 414 e 415, ambos do CPP**, ao argumento de que os depoimentos e as demais provas colacionadas aos autos não comprovam a materialidade, nem trazem indícios de autoria necessários para a decisão de pronúncia.

O Ministério Público Federal opinou pelo conhecimento e não provimento do recurso (fls. 635-644).

Decido.

A decisão de primeiro grau que pronunciou o ora recorrente está assim delineada (fls. 243-247, destaquei):

Passando-se a analisar os indícios da Materialidade, tenho como em parte presentes através da colheita da prova testemunhal, que afirmaram que a última vez que foi avistada a vítima foi entrando na residência do Réu, depois desapareceu não sendo encontrado seu corpo até o presente, como bem consignou a parte final da denúncia, e neste

aspecto também o acusado está respondendo pelo ilícito penal de "ocultação do cadáver" (art. 211 do CP).

Assim considerando a análise da prova testemunhal nesta fase preliminar (processo binário) onde restando presentes os indícios da probabilidade da participação do acusado nos eventos de homicídio e de ocultação de cadáver, mesmo sob a ótica da mínima dúvida acerca da autoria dos fatos puníveis perante nosso ordenamento penal, temos assim presentes os indícios da Autoria em desfavor do Acusado.

E sob este prisma resta certo que a discussão e julgamento, nestes casos é em favor da sociedade, posto que vigente o "Princípio *in dubio pro societate*".

Assim a discussão e julgamento incumbirá ao Conselho de Sentença do Tribunal do Júri apreciando com mais profundamente as provas sob o crivo do contraditório, onde através do seu livre convencimento e de forma soberana, exercerão o julgamento popular (Art. 5º, XXX VIII, a, c, d, CF/88).

Em seu interrogatório judicial o acusado, nega a autoria dos crimes, onde apenas confirma que atendeu a vítima na sua casa e que lhe entregou um envelope com dois mil reais, que era um saldo restante do valor total de trinta e dois mil reais, que tinha realizado um empréstimo da irmã da vítima, e que após entregar o dinheiro não sabe qual o paradeiro da vítima depois (CD anexo).

Ainda quanto aos indícios da Autoria dos crimes, em uma análise superficial das provas, temos o depoimento da testemunha Benedito Santana de Arruda, (CD anexo) que afirmou que ouviu pessoalmente da vítima Valdemar Prestes dos Santos, que o réu devia um dinheiro R\$ 33.000,00 para a vítima e que a vítima estava sendo ameaçado de morte pelo réu, e quatro dias depois soube que a vítima desapareceu após ir na casa do acusado, que a moto da vítima está estacionada bem próximo da casa do réu, que a vítima foi 6ª feira na casa do réu e de lá ninguém viu sair e nem pegar sua motocicleta, que o réu recebia dinheiro de outras pessoas do local, tinha procuração para retirar dinheiro em bancos, que outras pessoas souberam que a vítima foi até a casa do réu e não voltou mais.

E o depoimento do comerciante Paulo Cezar Ferreira dos Santos (CD anexo) que tem loja na frente da casa do réu, e viu no dia dos fatos por volta das 8h e 15 min e 8h e 30 min a vítima entrar na casa do réu Celso Straub R. e depois soube na segunda feira que a vítima tinha desaparecido.

Também temos o depoimento da informante Luceni Prestes

dos Santos Cordeiro, (CD anexo) é também no mesmo sentido, informando que o último paradeiro da vítima teria sido na casa do réu Celso Straub dos Reis.

Cito ainda o depoimento da informante Terezinha de Jesus Galvão Sykacz (convivente da vítima) conforme CD anexo, onde afirmou que a vítima iria procurar o réu Celso Straub para esclarecer sobre diferença sobre os valores do empréstimo intermediado pelo réu e a irmã (Terezinha) deficiente da vítima, que a motocicleta da vítima estava estacionada bem próxima da casa do réu Celso, que a vítima gozava de boa saúde, que não tinha inimigos e que "... a vítima foi vista entrando na casa do réu mas ninguém viu ela sair da casa do réu" que desapareceu.

E ainda o depoimento da sobrinha Cintia da Conceição Cordeiro (CD anexo) que também ouviu da vítima que o réu tinha uma diferença em dinheiro para devolver, por conta de um empréstimo da irmã da vítima que era doente, que eles tiveram uma briga feia, e que a vítima Valdemar foi falar com o réu Celso Straub, que a vítima desapareceu, que soube de uma diferença de mais de cem mil reais, que estava em poder sendo administrada pelo Réu Celso Straub.

E por derradeiro ainda constam os depoimentos de Rosane Aparecida (CD anexo) que ouviu da vítima que iria procurar o réu Celso Straub para discutir diferenças de valores de um empréstimo da Sra. Terezinha (irmã deficiente da vítima)

Neste diapasão **diante das provas apresentadas nestes autos, entendo como presentes os indícios da autoria e materialidade em desfavor do acusado Celso Straub dos Reis**, os quais na forma da lei, autorizam o julgamento pelo E. Tribunal do Juri, afastando-se assim por ora, a tese do ilustre Advogado do réu quanto a ausência de provas e a Impronúncia.

[...]

Diante destes indícios comprovados da Autoria, Materialidade, venho a convencer-me da existência dos crimes e dos indícios de sua autoria em desfavor do acusado e nos termos do artigo 413 do Código de Processo Penal, vir a pronunciá-lo para ser submetido a julgamento pelo Egrégio Tribunal do Júri desta Comarca, como incurso nas sanções do art. 121, "*caput*" e artigo 211 ambos do Código Penal

O Tribunal de origem confirmou a pronúncia nos seguintes termos (fl. 332-340, destaquei):

a) Dos Indícios da Autoria

O legislador ao estabelecer que para a pronúncia tem que estar presente os INDÍCIOS DA AUTORIA, não quis jamais estabelecer um juízo probatório convicto de quem seria o autor do crime, mesmo porque, se assim agisse, por óbvio estaria estirpando do juízo natural uma das mais conhecidas teses trabalhadas no tribunal do júri, qual seja, a NEGATIVA DE AUTORIA.

Assim, optou o legislador por buscar apenas INDÍCIOS, vale dizer elementos satélites, sinais aparentes, sintomas sociais de que a Autoria recai sobre o acusado, são rastros deixados pela vítima e pelo réu ao longo dos seus relacionamentos, enfim, são provas circunstanciais que por dedução permitem chegar a uma conclusão racional e lógica.

Neste caso, **tais elementos são detectados, especialmente porque, diversas pessoas viram a Vítima entrar na casa do Réu, e as mesmas testemunhas não viram a vítima sair do seu interior, não bastasse isto, tem-se também o fato de que a motocicleta da vítima ficou nas imediações da casa do Réu, mas fundamentalmente pesa em desfavor do réu o fato de que por intermédio do Réu, foi emprestado certa quantia em dinheiro a irmã do Réu, cujos valores variariam de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) a 100.000,00 (cem mil reais).**

Portanto, empréstimo de dinheiro, não pagamento a contento, cobrança na casa do devedor, último lugar avistado com vida o credor, são ingredientes, ou DNA criminoso que apontam para uma indiciaria autoria.

De fato, não há uma prova visual do homicídio, nem de quem seria o seu autor, contudo há sim, percepções que apontam para que o julgamento seja deslocado ao tribunal do júri, recanto jurídico natural para julgar crimes contra a vida.

Competiria sim um quadro de impronúncia, neste caso, se nenhum destes elementos estivessem postos em uma relação de harmonia, coerência lógica e racional no tempo e espaço, e, acima de tudo, convergente para a figura do Réu, porem, não é o que ocorre nesta caso.

A propósito, sem querer empreender um regurgito processual, mas por entender importante a reprodução, traz-se a colação os depoimentos das testemunhas que permitem ou autorizam a formação de um juízo de valor jurídico, é bem verdade, apenas indiciário, mas suficiente para a lei para refletir uma autoria a ser compreendida e decantada, não pelo juízo singular, mas sim, pelo juízo

natural dos crimes contra a vida, que é o tribunal do júri, então vejamos o que cada qual diz (fonte pronúncia):

Pois bem, quando do interrogatório judicial o acusado, negou a autoria dos crimes, contudo, confirmou que atendeu a vítima na sua casa e que lhe entregou um envelope com dois mil reais, que era um saldo restante do valor total de trinta e dois mil reais, decorrente de um empréstimo que tinha realizado com a irmã da vítima, e que após entregar o dinheiro não sabe qual o paradeiro da vítima depois (CD anexo).

Portanto, aí está demonstrado que foi ele, o Réu, por ele próprio reconhecido, que teve, efetivamente, contato com a vítima no dia dos fatos.

Prosseguindo nesta linha indiciária da Autoria criminosa, tem-se o depoimento da testemunha Benedito Santana de Arruda, (CD anexo) que afirmou que ouviu pessoalmente da vítima Valdemar Prestes dos Santos, que o réu devia um dinheiro R\$ 33.000,00 para a vítima e que a vítima estava sendo ameaçado de morte pelo réu, e quatro dias depois soube que a vítima desapareceu após ir na casa do acusado, que a moto da vítima está estacionada bem próximo da casa do réu, que a vítima foi 6ª feira na casa do réu e de lá ninguém viu sair e nem pegar sua motocicleta, que o réu recebia dinheiro de outras pessoas do local, tinha procuração para retirar dinheiro em bancos, que outras pessoas souberam que a vítima foi até a casa do réu e não voltou mais.

Ora, pois este depoimento é por demais relevante, posto que nele se encontra a notícia de uma ameaça de morte, feita pelo Réu a vítima, uma ida a casa da Réu pela vítima e o conseqüente desaparecimento desde então, e ainda, há de se considerar o saldo de uma dívida não paga, portanto, trata-se de indícios relevantes sim para a formação de um juízo de possibilidade, cujos fatos, ainda que nutridos por dúvidas e incertezas, mas em face da aplicação do princípio da dúvida decide-se em favor da sociedade, vale dizer, pronuncia-se, é que surge o respaldo processual e legal para a manutenção da pronúncia.

Mas não é só, tem-se, ainda, o depoimento do comerciante Paulo Cezar Ferreira dos Santos (CD anexo) que tem loja na frente da casa do réu, e viu no dia dos fatos por volta das 8h e 15 min e 8h e 30 min a vítima entrar na casa do réu Celso Straub R. e depois soube na segunda feira que a vítima tinha desaparecido.

Ora pois, aqui temos uma prova, satélite é verdade, mas uma

prova no sentido de que o Réu efetivamente entrou na casa do Réu, e não mais viu sair, ora tanto a entrada como a saída teriam chamado a atenção do depoente, porém, como este desapareceu, não teve sua atenção voltada para a saída, a propósito, a testemunha viu a vítima entrar na casa do Réu.

Outro não foi a conclusão quando se colheu o depoimento da informante Luceni Prestes dos Santos Cordeiro, (CD anexo), a qual informou que o último paradeiro da vítima teria sido na casa do réu Celso Straub dos Reis.

Também é convergente com a tese de que o Réu recepcionou a vítima em sua casa no dia que ela desapareceu, e que se repita, não é negado pelo próprio Réu, tem-se o depoimento da informante Terezinha de Jesus Galvão Sykacz (convivente da vítima) conforme CD anexo, a qual afirmou que a vítima iria procurar o réu Celso Straub para esclarecer sobre diferença de valores do empréstimo intermediado pelo réu e a irmã (Terezinha) da vítima, que a motocicleta da vítima estava estacionada bem próxima da casa do réu Celso, que a vítima gozava de boa saúde, que não tinha inimigos e que "... a vítima foi vista entrando na casa do réu mas ninguém viu ela sair da casa do réu" que desapareceu.

Ai está bem definida a situação, a vítima tinha boa saúde, não se desintegraria, e teve como último paradeiro a casa do Réu, de forma que a partir desta visita não se teve conhecimento na pequena cidade de Tunas do Paraná, outro local, com outras pessoas, tivesse ele (vítima) se relacionado.

Ainda a sobrinha Cintia da Conceição Cordeiro (CD anexo) ouviu da vítima que o réu tinha uma diferença em dinheiro para devolver, por conta de um empréstimo da irmã da vítima que era doente, que eles tiveram uma briga feia, e que a vítima Valdemar foi falar com o réu Celso Straub, que a vítima desapareceu, que soube de uma diferença de mais de cem mil reais, que estava em poder sendo administrada pelo Réu Celso Straub.

Ora, então entre ambos existia uma quizila, uma repugnância, uma querela, uma desinteligência, uma desarmonia, a ponto de discutirem feio, por certo foi nesta oportunidade que houve a ameaça de morte.

Assim, pela evolução probatória se tem nos autos uma ameaça de morte, uma briga feia, uma dívida, uma cobrança, um desaparecimento, e entrada na casa da vítima como último ato reconhecido e avistado na cidade, envolvendo duas pessoas conhecidas na

comunidade, de forma que os indícios da autoria são sim relevantes, a ponto de justificar a pronúncia.

Não bastando todo o exposto acima, ainda no depoimento de Rosane Aparecida (CD que ouviu da vítima que iria procurar o réu Celso Straub anexo) para discutir diferenças de valores de um empréstimo da Sra. Terezinha (irmã deficiente da vítima).

Assim, a ida da vítima na casa do Réu foi no sentido de gerar desconforto entre as partes, foi efetivamente para cobrar dívida, acertar contas, e a partir de então desapareceu.

Desta forma, com a devida vênia, há indícios de autoria do fato criminoso e esta recai na pessoa de CELSO STRAUB DOS REIS.

b) Da Prova da Materialidade

A MATERIALIDADE, como se depreende das mesmas provas acima mencionadas, consiste no desaparecimento da pessoa física da vítima, sem jamais ter sido vista novamente, de forma que ela simplesmente deixou de existir para todos, definindo-se a materialidade do crime de homicídio, cujo verbo tipo de matar, foi realizado pela definição de extinção da pessoa humana, desaparecimento perene, destruição e apagamento dos elementos sensórios de vida em relação a vítima.

b) Da Absolvição

Diz o artigo 415 do CPP, nos seguintes termos:

"O juiz, fundamentadamente, absolverá desde logo o acusado, quando:

- I - Provada a inexistência do fato;
- II - Provado não ser ele autor ou partícipe do fato;
- III - O fato não constituir infração penal;
- IV - Demonstrada causa de isenção de pena ou de exclusão do crime."

Pois bem, então somente se constatado um destes requisitos legais é que o juiz promoverá a absolvição sumária do acusado, note-se que neste caso, há uma exigência legal de que esteja provado, justamente porque a absolvição, diverso da impronúncia, alicerça-se na análise de mérito, fazendo em relação ao fato e sua absolvição coisa julgada formal e material, ou seja, incorre na imutabilidade da decisão.

Neste caso, a prova de que o fato morte não ocorreu, não restou demonstrado nos autos, posto que para que isto tivesse incidido seria indispensável que as pessoas tivessem visto a vítima deixar a casa do réu com vida, tivessem visto ela em outro lugar, falado com outras pessoas, uma vez que inexistem tais provas nos autos não há como se ostentar a

envergadura de uma absolvição sumária com fulcro no inciso I, do art. 415, do CPP.

Como mencionado ao tratar da impronúncia, especificamente os elementos necessários para a pronúncia, vale dizer indícios da autoria e prova da materialidade, não existe prova alguma nos autos de que o Réu, não seria ou não poderia ser o autor do crime.

Para se provar que não foi o Réu o autor do crime, deveria ter sido trazido pessoas que dissessem ter visto outra pessoa matando a vítima, ou então, estivesse o Réu sustentado por álibis inabaláveis, prova esta que não foi constituída nos autos.

Assim tem-se que não foi realizado a exigência prevista no art. 415, inciso II, do CPP, para se promover de forma segura a Absolvição Sumária do Réu.

Ainda não há resguardo algum para a incidência do entendimento de que o fato não se constitui uma infração penal, posto que uma pessoa, um ser humano, desapareceu, desintegrou-se, deixou de existir, nunca mais foi visto, conversado, cumprimentado, de forma que esta situação amolda-se ao estado de morte, e neste caso vai muito mais além da simples ausência, posto que já se caminha para 4 anos de absoluta desinformação a respeito do paradeiro do Réu.

Com isto, entende-se que a lei penal, especificamente o homicídio, comporta como instrumento protetivo da sociedade em situações anômalas como esta, de forma que também não se faz presente o inciso III do art. 415 do CPP.

Finalmente, no que tange a possibilidade de absolvição sumária do Réu, não foi igualmente demonstrado estar presente uma causa de isenção de pena ou exclusão de crime.

Salienta-se que as causas de isenção de pena, são aquelas que se aplicam ao caso, apesar de estar caracterizada a infração penal, mas por política criminal deixa-se de efetivar a punibilidade do crime. Casos exemplificativos se encontra em acidente de veículo em que o pai, imprudente, negligente e imperito, colide veículo matando o próprio filho, ou então, o clássico caso de pai e filho indo trabalhar com trator, estando um deles engarupado, e sofre solavanco caindo embaixo do rodado do veículo, portanto, são casos em que a punição gerada pelo evento criminoso se torna maior, mais gravoso, traz mais sacrifícios psicológicos e materiais do que a própria pena alcançaria, e que neste caso não se trata, vez que a relação tratada é de cobrador e devedor, negativa

de autoria, enfim, em nada viabiliza o reconhecimento da isenção de pena.

A outra situação a ser ponderada, para que se exaure a impossibilidade da absolvição sumária, está no fato de que igualmente e, derradeiramente, não foi demonstrada a incidência de causa de exclusão do crime, tratado pelo código penal como excludentes da ilicitude, as quais estão previstas no artigo 23 do Código Penal, sendo elas a legítima defesa, o estado de necessidade e o estrito cumprimento do dever legal ou exercício regular de um direito, ora pois, para que elas sejam analisadas é fundamental que haja a prática de uma autoria criminosa reconhecida pelo acusado, de forma que, em se tratando de tese única de negativa da autoria não há como incidir qualquer umas destas causas legais, razão pela qual, não há a menor possibilidade de ser absolvido sumariamente o Réu.

Da Conclusão

Vejamos que não se está aqui conjecturando, matutando, elucubrando uma autoria indiciária e uma materialidade de morte, mas sim, concatenando de forma racional e lógica em cima de fatos provados que permitem a formação de um juízo de valor, ainda que mínimo e "incerto, mas que, calcados na prudência processual e a homenagem a política processual nos termos do art. 413 do Código de Processo Penal, recomenda a pronúncia, assim, correta foi a decisão do juízo singular em pronunciar o Réu para ser submetido a julgamento perante o Egrégio Tribunal do Júri desta Comarca, como incurso nas sanções do art. 121, "*caput*" e artigo 211 ambos do Código Penal.

A decisão interlocutória de pronúncia é um mero juízo de admissibilidade da acusação. Não é exigido, neste momento processual, um juízo de certeza a respeito da autoria do crime, bastando que haja um convencimento do magistrado sobre a materialidade do fato e a existência de indícios suficientes de autoria ou de participação.

Além disso, consoante a jurisprudência do STJ, a ausência de localização do corpo da vítima não afasta, por si só, a materialidade delitiva no crime de homicídio, podendo essa prova ser suprida tanto de forma direta quanto indireta, com base no conjunto probatório dos autos, especialmente em casos em que há a imputação do crime de ocultação de cadáver, assim como na hipótese presente. Neste sentido: **HC 476.690/RS**, Rel. Ministra LAURITA VAZ, 6ª T., DJe 23/04/2019; **RHC**

38.777/PE, Rel. Ministro JORGE MUSSI, 5ª T., DJe 10/10/2013 e **HC 170.507/SP**, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, 6ª T., DJe 05/03/2012.

Portanto, questões referentes à certeza da autoria e da materialidade do delito deverão ser analisadas pelo Tribunal do Júri, órgão constitucionalmente competente para a análise do mérito de crimes dolosos contra a vida. Vale dizer, caberá ao Conselho de Sentença, juiz natural da causa, decidir, com base nos elementos fático-probatórios amealhados aos autos, se a ação delineada pela acusação foi praticada pelo acusado, sob pena de invadir a competência constitucional do Tribunal do Júri.

No caso, as instâncias ordinárias afirmaram estarem presentes indícios necessários para pronunciar o réu, com base em elementos de informação colhidos na fase inquisitorial, bem como em testemunhos em juízo. Desse modo, não identifico violação a dispositivo infraconstitucional, uma vez que **os Juízos de primeira e segunda instância demonstraram haver plausibilidade mínima da acusação**, a fim de submeter o acusado a julgamento pelo Tribunal do Júri.

Entender em sentido diverso, como pretendido pelo agravante, **demandaria acurado reexame do conjunto fático-probatório**, vedado em recurso especial, a teor da Súmula n. 7 do STJ. A propósito:

[...]

6. *In casu*, o reconhecimento da absolvição sumária, da impronúncia e o afastamento da qualificadora demandaria o reexame fático-probatório, providência vedada pelo enunciado n. 7 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça - STJ, pois o Tribunal de origem, com base na prova dos autos, apresentou fundamentação concreta para ratificar a pronúncia pelo delito de homicídio qualificado. [...] (**AgRg no AREsp n. 1.085.378/MG**, Rel. Ministro **Joel Ilan Paciornik**, 5ª T., DJe 28/6/2018)

[...]

1. O Tribunal de origem, soberano na análise das circunstâncias fáticas da causa, concluiu haver nos autos indícios de autoria suficientes a ensejar a prolação da decisão de pronúncia em desfavor do acusado, inclusive quanto às qualificadoras. Desta feita, entender de modo distinto para impronunciar o recorrente, implicaria no reexame do conjunto probatório dos autos, o que é vedado

Superior Tribunal de Justiça

nas instâncias excepcionais. Súmula 7/STJ. [...] (**AgRg no AREsp n. 1.000.941/AC**, Rel. Ministra **Maria Thereza de Assis Moura**, 6ª T., DJe 6/12/2016)

À vista do exposto, com fundamento no art. 932, III, do CPC, c/c o art. 34, XVIII, "a", do RISTJ, **não conheço do recurso especial.**

Publique-se e intimem-se.

Brasília, 25 de novembro de 2019.

MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ

